

# A MIGRAÇÃO BRASILEIRA EM DIREÇÃO AO NORDESTE DA PROVÍNCIA DE MISIONES E AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DO ESTADO NACIONAL ARGENTINO (SÉCULO XX)

## THE BRAZILIAN MIGRATION TOWARD THE NORTH-EAST OF THE PROVINCE OF MISIONES AND MIGRATION POLICIES OF THE NATIONAL STATE ARGENTINE (20th CENTURY)

MARISTELA FERRARI

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
maristelaff@hotmail.com

**RESUMO.** O propósito deste artigo é analisar como e dentro de quais condições sociais, econômicas e políticas se deu a migração brasileira em direção ao nordeste de *Misiones* e quais as políticas migratórias adotadas pelo governo nacional argentino. Esta região é tida como extensão territorial do Brasil, onde estima-se que atualmente 70% dos habitantes de departamentos como aquele de *San Pedro* (23.736) e *Manoel Belgrano* (33.488) seriam de brasileiros ou filhos de brasileiros. *Misiones* – antigo território das missões jesuíticas e antigo Território Nacional da Argentina (1881-1953) – é hoje território ocupado por grupos de migrantes de várias origens “[...] entre eles cerca de 20 mil brasileiros que cruzaram a fronteira do rio Uruguai há algumas décadas, construindo colônias que acabaram sendo praticamente uma extensão do espaço agrícola do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina” (HAESBAERT, 1998, p. 59). Esses movimentos migratórios transfronteiriços entre o fim do século XIX e os anos de 1940 eram organizados por fluxos geograficamente descontínuos e pouco densos. Porém, a partir das décadas de 1950 a 1970 se estabeleceriam de forma mais ou menos contínua e com maior densidade em direção à Argentina. Frente à migração brasileira o Estado nacional argentino vai impor políticas restritivas, notadamente no período da ditadura militar argentina quando criou dois planos de colonização para o nordeste de Misiones: o *Plan de Colonización 39 de San Pedro* (na fronteira com Santa Catarina) e o *Plan de Colonización Andresito* (na fronteira com o Paraná). Essa política migratória argentina, de certa forma, se refletiu na paisagem físico-natural e humana da região e criou uma descontinuidade geográfica dando origem a paisagens distintas naquela região.

**PALAVRAS-CHAVES.** MIGRAÇÃO BRASILEIRA, POLÍTICAS MIGRATÓRIAS ARGENTINA, NORDESTE DA PROVÍNCIA DE MISIONES.

**ABSTRACT.** The purpose of this article is to analyze how and within what social conditions, economic and political gave the brazilian migration toward the northeast of *Misiones* and which migration policies adopted by the national government Argentine. This region is taken as territorial extension of Brazil, where it is estimated that currently 70% of the inhabitants of departments such as that of *San Pedro* (23.736) and *Manuel Belgrano* (33.488) would be brazilians or sons of brazilians. *Misiones* - former territory of Jesuit missions and former National Territory of Argentina (1881-1953) - is today occupied by groups of migrants from a variety of sources: “[...] between them nearly 20 thousand Brazilians who crossed the border of the Uruguay river some decades ago, building colonies that ended up being virtually an extension of the agricultural area of northwest of Rio Grande do Sul and west of Santa Catarina” (HAESBAERT, 1998, p. 59). These migratory movements border between the end of the 19th century and the 1940's were organized by flows geographically discontinuous and little dense. However, from the decades of 1950 and 1970 that would establish a more or less continuous and with higher density toward Argentina. Front of migration the Brazilian State Argentine national will impose restrictive policies, especially in the period of the military dictatorship Argentina when created two plans of colonization to the northeast of Misiones: the Plan of Colonización 39 San Pedro (on the border with Santa Catarina) and the Plan of Colonización Andresito (on the border with the Parana). This migratory policy Argentina, to some extent, reflected in the landscape physical-natural and human of the region and created a geographical discontinuity giving rise to different landscapes in the region.

**KEYWORDS.** BRAZILIAN MIGRATION, MIGRATION POLICIES ARGENTINA, NORTH-EAST OF THE PROVINCE OF MISIONES.

## INTRODUÇÃO

A migração brasileira para os países vizinhos na América do Sul não é elemento novo; ao contrário ela é bem antiga e tem-se intensificado a partir das últimas décadas do século XX, fato igualmente apontado por Haesbaert e Santa Bárbara (2008) onde estimam que cerca de dois milhões de brasileiros vivem hoje fora do país, um terço dos quais nos países fronteiriços, notadamente naqueles que integram o Mercosul. O propósito deste artigo é analisar como e dentro de quais condições sociais, econômicas e políticas as redes da migração brasileira foram sendo estabelecidas no nordeste de *Misiones*. Esta região é tida como extensão territorial do Brasil, onde estima-se que atualmente 70% dos habitantes de departamentos como aquele de *San Pedro* (23.736) e *Manoel Belgrano* (33.488) seriam de brasileiros ou filhos de brasileiros. *Misiones* – antigo território das missões jesuíticas e antigo Território Nacional da Argentina (1881-1953) – é hoje território ocupado por grupos de migrantes de várias origens “[...] *entre eles cerca de 20 mil brasileiros que cruzaram a fronteira do rio Uruguai há algumas décadas, construindo colônias que acabaram sendo praticamente uma extensão do espaço agrícola do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina*” (HAESBAERT, 1998, p. 59). Esses movimentos migratórios transfronteiriços entre o fim do século XIX e os anos de 1940 eram organizados por fluxos geograficamente descontínuos e pouco densos. Porém, a partir das décadas de 1950 a 1970 se estabeleceriam de forma mais ou menos contínua e com maior densidade em direção à Argentina (FERRARI, 2010). Que fatores determinaram essas correntes migratórias transfronteiriças? Que papel desempenhou o Estado nacional argentino ante esses fluxos migratórios em zona de fronteira? Essas questões constituem a trilha que guiará o presente trabalho.

A fim de abordar a problemática cabe aqui começar com a ideia que evoca o conceito de rede, já que o mesmo é inerente ao de migração e do ponto de vista geográfico este conceito permite analisar a migração, por instituir fluxos sociais que mobilizam a circulação. Evocar o conceito de rede na análise da migração transfronteiriça é, ao mesmo tempo, adotar aqui a ideia de Dias (2005, p 24), que reconhece que hoje “a noção de rede, [...], torna-se operacional à multiplicidade de olhares que o conjunto das ciências humanas lança sobre o mundo contemporâneo”. Para esta autora, qualquer que seja a natureza de cada um, contemporaneamente os fluxos reticulares não se encerram nos limites dos territórios nacionais, “eles atravessam fronteiras e introduzem uma nova ordem de problemas advindos de sistemas reticulares cada vez mais libertos de controle territorial”. Assinala também que “os fluxos migratórios se ampliam e formam regiões transfronteiriças, que rompem os limites dos estados nacionais [...]” (DIAS, 2005, p. 11). Em tal sentido, entendemos que a rede enquanto método auxilia na reflexão sobre migração transfronteiriça, já que mobiliza fluxos por onde circulam pessoas, informações, valores simbólicos, culturais, sociais e políticos e, portanto, a rede não é apenas técnica é também social.

Pova Neto (2005, p. 307) esclarece que estudos sobre a migração internacional não podem ficar hoje centrados meramente na apreensão do ato “*aventureiro de um indivíduo, expulso de sua terra e atraído para outra pela esperança de ascensão social: todo o deslocamento migratório, mesmo sujeitos aparentemente isolados, compõe uma imensa teia pela qual circulam informações, dinheiro, através de redes formais ou informais [...]*”, daí a importância de articular outros conceitos, como o de rede, por exemplo. Santos (1999, p. 209) também auxiliou a construção de nosso instrumental metodológico

ao argumentar que a *rede* não permite apenas analisar estruturas técnicas e informacionais de um território, ela “é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam [...]”. Os principais procedimentos operacionais desta pesquisa consistiram em revisão bibliográfica e entrevistas realizadas entre os anos de 2006 a 2008 com antigos moradores, em universo social diversificado. O texto foi dividido em duas partes: a primeira apresenta a origem e os principais fatores dos fluxos migratórios, em direção ao nordeste de *Misiones*; a segunda contempla uma análise de como os migrantes brasileiros em território argentino se organizam e que geografia se desenha ali hoje.

### **ORIGEM E FATORES DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA EM DIREÇÃO AO NORDESTE DA PROVÍNCIA DE MISIONES**

Pode-se dizer que o marco inicial da migração brasileira em direção à Província de *Misiones* vem desde o final do século XIX e se intensificaria ao longo da primeira metade do século XX, fluxos formados majoritariamente por migrantes do Rio Grande do Sul, que foram ocupando áreas de produção agrícola e criação de gado no sul daquela Província, como, os Departamentos de *Apostoles* e *Concepción*, (MARGALOT, 1994). Os primeiros e mais significativos movimentos de brasileiros para aquela Província se originaram em períodos de instabilidade política no Sul do Brasil, como os vividos no Rio Grande do Sul com a Revolução Farroupilha (1835 a 1845) e com a Revolução Federalista (1893 e 1895), levando centenas de brasileiros a migrar para Uruguai e Argentina, sobretudo em direção as Províncias de *Misiones* e *Corrientes*.

Em 1895, o Segundo Censo da Argentina apontava que o Território Nacional de *Misiones* possuía uma população de 33.162 habitantes, entre os quais 11.630 brasileiros e 3.692 paraguaios, 967 europeus enquanto as outras minorias somavam 247. Estes dados revelam que a maioria dos migrantes em território de *Misiones* era de regiões limítrofes, fato que pode ser explicado pela própria posição geográfica daquele território. (KRAUTSTOFL, 2013). A Província de *Misiones* comprimida entre o território nacional brasileiro e o território nacional paraguaio conta com aproximadamente 1.267 quilômetros de fronteiras com Brasil e Paraguai, enquanto que com seu próprio país são apenas 90 quilômetros de fronteira (com a Província de *Corrientes*), e isso, de certa forma, contribuiu e ainda contribui para a migração tanto de brasileiros quanto de paraguaios para o interior daquela província. *Misiones* é hoje considerada pelos argentinos a mais hospitaleira das províncias argentinas, pois abriga grupos migrantes de várias origens, “entre eles cerca de 20 mil brasileiros que cruzaram a fronteira do rio Uruguai” (HAESBAERT, 1998, p. 59), notadamente nas décadas de 1950 e 1960, *construindo várias colônias na costa do rio Uruguai, dentre elas, a Alicia, a Aurora, a Santa Rita e a Barra Bonita - Departamento 25 de Mayo e a Colônia Panambí - Departamento de San Xavier* que acabaram sendo praticamente uma extensão do espaço agrícola do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. Esses fluxos migratórios eram formados majoritariamente por colonos em busca de novas terras que passaram a se dedicar essencialmente ao cultivo de citronela, fumo, soja, dentre outros produtos agrícolas.

Já a migração brasileira em direção ao nordeste de *Misiones* é notada antes mesmo da definição do limite internacional. Região formada pelos Departamentos *General Manuel Belgrano* e *San Pedro*, é também considerada por alguns uma extensão territorial do Brasil, pela expressiva

presença de brasileiros. A região possui aproximadamente 57.224<sup>1</sup> habitantes dos quais 70% seriam brasileiros ou filhos de brasileiros. Em alguns municípios do departamento Manoel Belgrano, como *Bernardo de Irigoyen* (10.889) e *San Antonio* (8.331)<sup>2</sup>, as estimativas empíricas chegam a apontar que 90% da população seria de brasileiros, municípios onde se constata a presença de brasileiros desde 1895, data em que foi definido naquela região o limite internacional entre Brasil e Argentina, antiga *Questão de Palmas ou Misiones* (1857 a 1895). (FERRARI, 2010).

Do final do século XIX até a primeira década do século XX, esses movimentos migratórios em direção ao nordeste de *Misiones* eram organizados por fluxos geograficamente descontínuos e pouco densos, mas a partir de 1920, se tornariam mais significativos, em parte devido à implantação de empresas ervateiras argentinas, especialmente no Departamento *General Manoel Belgrano*, que passariam a atrair fluxos de trabalhadores do Brasil e também do Paraguai. A partir de então, os fluxos transfronteiriços da migração brasileira para o nordeste de *Misiones* já não eram apenas oriundos do Rio Grande do Sul, mas também dos antigos Campos de Palmas<sup>3</sup>, motivados, sobretudo, pelo declínio da atividade pastoril e das fazendas de criação de gado, quando os fazendeiros daquela região, sem condições de sustentar as fazendas, passam a dispensar seus agregados e peões, muitos dos quais, sem atividade laboral, migraram para o nordeste de *Misiones*. Já na segunda metade da década de 1920, a região passou a ser rotulada tanto por argentinos quanto por brasileiros como “*paradora de bandidos*” ou ainda “*valhacouto de bandidos*” porque dentre os muitos brasileiros que o nordeste de *Misiones* acolhia, encontravam-se também elementos fugitivos da justiça brasileira, notadamente do Rio Grande do Sul. Na verdade o nordeste de *Misiones* passou a ser uma região de abrigo de muitos brasileiros socialmente excluídos.

Outros fluxos foram delineando-se nas décadas de 1920 e 1930, motivados, entre outros fatores, por conflitos de ordem política, como os movimentos revolucionários que ocorriam na escala regional, dentre os quais alguns tiveram em parte desfecho na região fronteiriça, como, por exemplo, a passagem da Coluna Prestes e o movimento revolucionário de 1930, ocasionando a migração de centenas de brasileiros para o país vizinho. Não obstante, com o término da Guerra do Contestado entre Paraná e Santa Catarina (1916), inúmeros caboclos migraram para áreas próximas do limite internacional com a Argentina e, posteriormente, por razões diferentes, adentraram o nordeste de *Misiones*. Em 1925, com a passagem da Coluna Prestes pelo extremo-oeste catarinense e sudoeste paranaense, com medo daquele movimento revolucionário, inúmeros brasileiros se refugiaram em *San Pedro* e *General Manoel Belgrano*. Moradores dos municípios de Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Santo Antônio (PR), abandonaram literalmente suas casas, refugiando-se no Departamento *General Manoel Belgrano* onde muitos lá permaneceram sem retornar ao Brasil. Não obstante, durante a Revolução de 1930<sup>4</sup>, dezenas de famílias dos atuais municípios de Palmas (PR), Clevelândia (PR) e Campo-Erê (SC), com medo da instabilidade política em lado brasileiro, também migraram para o interior de *Misiones*.

1 Número de habitantes de Manoel Belgrano (33.488) e San Pedro (23.187). Dados do Censo Nacional de Población - INDEC, 2001.

2 Dados do Censo Nacional de Población - INDEC, 2001.

3 Atuais regiões Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

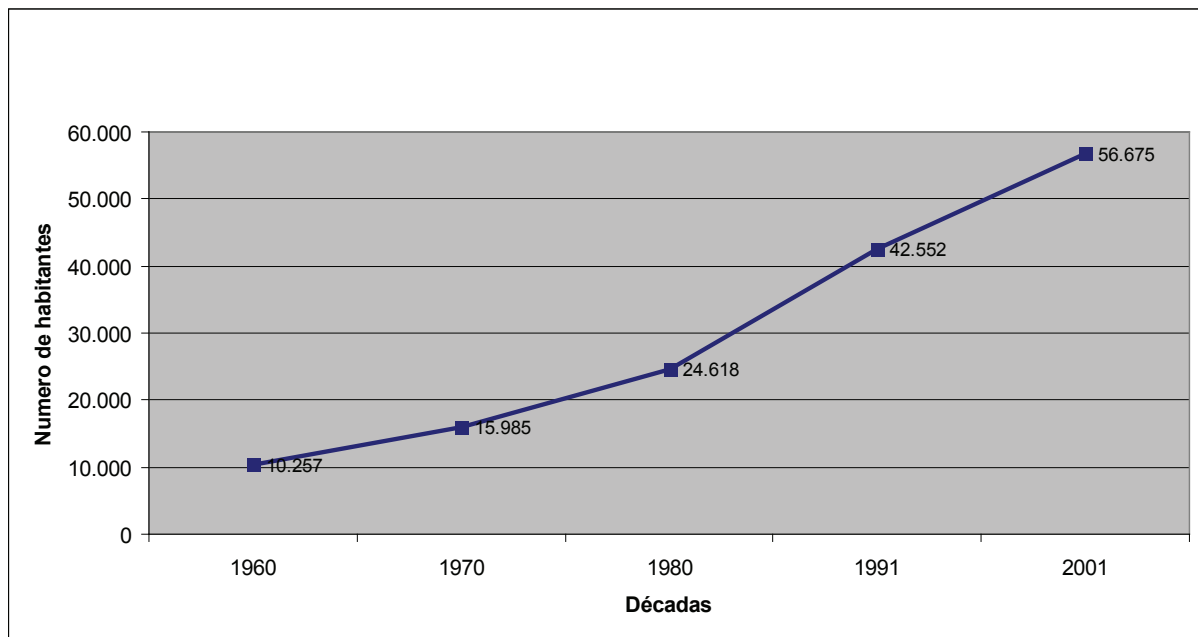
4 Movimento político que entre outros fatores teve origem na vitória do candidato do Partido Republicano Paulista, Julio Prestes, tida como fraudulenta. Serviu de estopim para o desencadeamento da Revolução de 1930, que culminou com Getúlio Vargas assumindo o Governo provisório da República. Os territórios de Santa Catarina e Paraná foram invadidos por forças compostas por elementos do Exército, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e por forças organizadas em batalhões patrióticos. (PIAZZA & HÜBENER, 1983, p. 131).



A partir de meados de 1940 e notadamente nas décadas de 50, 60 e 70 os fluxos de migrantes brasileiros em direção ao nordeste de *Misiones* se tornariam mais densos e já não se limitavam apenas à região nordeste, desdobrando-se para outras regiões daquela Província, como os *Departamentos de Eldorado, Monte Carlo e Oberá*. Um dos fatores mais relevantes da migração brasileira para o nordeste de *Misiones*, a partir de 1950, foi a entrada de colonizadoras gaúchas no oeste catarinense e sudoeste paranaense, que passam a inserir os colonos descendentes de europeus naquelas regiões, ao mesmo tempo em que iam forçando literalmente o afastamento da população cabocla, também chamados de posseiros, que habitavam a região desde o início do século XX. Nesse processo, não é fantasioso afirmar que havia uma política de branqueamento daquelas regiões, sobretudo do Estado de Santa Catarina, o que se evidencia nos relatos de Othon D'Eça (1992). Não obstante, com a intensificação da colonização gaúcha no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, entre 1957 e 1960 se deu a Revolução dos colonos de Capanema (PR), conflito ligado à posse da terra no sudoeste paranaense. Esse movimento desencadeou uma verdadeira guerrilha entre colonos e jagunços das colonizadoras que se prolongou durante três anos seguidos, levando dezenas de famílias a migrar para o Paraguai e notadamente para o nordeste de *Misiones*, em municípios como, *San Antonio e Bernardo de Irigoyen*, dentre outros.

Além disso, durante o auge do ciclo econômico madeireiro no oeste catarinense e sudoeste paranaense (1940 a 1970), os madeireiros gaúchos procuravam trazer toda mão-de-obra do Rio Grande do Sul, deslocando famílias inteiras para a região para trabalhar em extração, beneficiamento e transporte da madeira, muito requisitada pelo mercado argentino, sobretudo a madeira de pinheiro-do-paraná. Com o declínio de tal atividade a partir de 1970, muitos desses trabalhadores, sem terras e sem atividade laboral, migraram para os Departamentos *General Manuel Belgrano* e *San Pedro*, onde foram apropriando-se ilegalmente de pequenas áreas de terras fiscais para produção agrícola. Embora seja muito difícil trabalhar com dados concretos sobre o número de migrantes brasileiros no nordeste de *Misiones*, as estimativas empíricas apontam que 70% da população de *General Manuel Belgrano* e *San Pedro* são de brasileiros ou filhos de brasileiros, sobretudo no meio rural, pois segundo informações obtidas no Instituto Nacional de Tecnologia da Argentina (INTA) e na Gendarmería Nacional da Argentina (GNA) de Bernardo de Irigoyen, a região nordeste de *Misiones* nunca foi atrativa aos colonos argentinos como foi à *pampa húmeda, região agrícola mais importante da Argentina*. O Gráfico 1 ilustra a evolução da população na região nordeste da *Província de Misiones* entre as décadas de 1960 e 2001.

O aumento da população entre 1970 e 1980 foi de 16%, já entre 1980 e 1991 foi de aproximadamente 28%. Tal crescimento populacional não se deve apenas a migração brasileira, mas as próprias políticas migratórias do Estado nacional que passa a restringir a migração brasileira e incluir colonos descendentes de europeus na região, como ocorreu na década de 1980 em *Comandante Andresito*. Mesmo com todas as políticas migratórias do governo argentino, a migração brasileira continuou nas décadas seguintes, sobretudo por colonos pobres e sem terras do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. As restrições à migração brasileira, no nordeste de *Misiones*, passaram a ser muito mais rigorosas no período da ditadura Militar, quando os argentinos chegaram a implantar dois planos estratégicos de segurança nacional para a área de fronteira com o Brasil: o *Plan de Colonización 39 de San Pedro* (na fronteira com Santa Catarina)

**GRÁFICO 1** - Departamentos *General Manoel Belgrano e San Pedro*: Evolução Populacional entre as décadas de 1960 e 2001

**Fonte:** Organizado pela autora com dados do INDEC – Argentina, 2001.

e o *Plan de Colonización Andresito* (na fronteira com o Paraná). Esses dois planos geopolíticos de ocupação agrícola visavam nacionalizar a região e frear a migração brasileira para o interior do nordeste de *Misiones*. Entretanto, o *Plan de Colonización 39 de San Pedro* (na fronteira com Santa Catarina) fracassaria imediatamente, por haver-se apresentado como um mero projeto extrativo: os primeiros colonos lá inseridos pelo Estado argentino passaram a retirar a madeira para em seguida abandonar o projeto, ou seja, não fixavam residência naquele departamento como previa o plano de ocupação de *San Pedro*, *diferentemente do que ocorreria em Andresito*.

Durante o regime militar, notadamente entre 1976 e 1978, os militares argentinos já alertavam o governo nacional que a região de *Andresito* estava em vias de se tornar uma réplica de *Bernardo de Irigoyen, San Pedro e San Antonio*, onde grande parte da população era de origem brasileira e a língua ali falada era o português. Na visão dos militares argentinos, somente um plano de ocupação agrícola com elementos sociais argentinos poderia enfrentar a migração ilegal brasileira e assegurar a soberania nacional argentina naquela região. Assim, embora já viesse sendo idealizado desde 1960, o *Plán de Colonización Andresito* foi aprovado em 22 de fevereiro de 1979 pela Lei 1.074, e passou a ser posto em prática somente em 1980. Para pôr em prática tal plano, o Estado nacional argentino passou a expulsar os brasileiros ilegais e começou a selecionar colonos argentinos para ocupar aquele espaço. Apenas os brasileiros que tinham filhos nascidos e devidamente registrados na Argentina puderam permanecer em *Andresito*. Porém, em 1980, com a inserção dos colonos argentinos, os brasileiros que tinha filhos registrados na Argentina e que lá haviam permanecido acabaram por perder as terras que ocupavam, o governo argentino deu-lhes apenas um hectare de terras onde podiam construir suas casas e fazer suas hortas. Foi somente em 1984, na segunda etapa do processo de ocupação de *Andresito*, que aqueles brasileiros com filhos nascidos naquele

país vieram a receber terras para plantar. O mesmo ocorre com os indígenas guaranis, que passaram a viver em ínfima área de terras demarcadas pelo Estado nacional argentino. É preciso esclarecer que o plano estava dividido em duas etapas: a primeira, chamada *Plán de Colonización Andresito*, consistia em inserir unicamente colonos argentinos selecionados pelo Estado nacional; já a segunda etapa, denominada *Plán de Soberanía*, visava a nacionalizar aquela região fronteira exaltando os valores nacionais argentinos. Durante o regime militar, nota-se que a política migratória do Estado nacional para o nordeste de *Misiones* era a de excluir migrantes de países limítrofes, notadamente de brasileiros e incluir migrantes europeus ou descendentes de europeus.

Pode-se dizer que o *Plán de Colonización de Andresito* atingiu seu principal objetivo de frear a migração ilegal brasileira, pois as terras naquele município foram quase totalmente ocupadas pelos colonos argentinos. *Andresito* se diferencia hoje dos demais municípios do nordeste de *Misiones*, sobretudo no que se refere à geografia humana. A exemplo do lado brasileiro, as terras foram entregues fundamentalmente aos colonos argentinos descendentes de europeus, como poloneses, suíços, alemães, belgas e, em menor número, russos e ucranianos, uma população que ainda hoje é bem menos miscigenada do que aquelas de *Bernardo de Irigoyen*, *San Pedro* e *San Antonio*. As próprias propriedades rurais são ali diferenciadas: enquanto em *Andresito* existem pequenos latifúndios, com propriedades de até 150 hectares de terra, nos demais municípios do nordeste de *Misiones* as propriedades agrícolas variam entre 5 e 25 hectares de terras, diferenças que são atribuídas ao próprio plano de colonização.

No entanto, durante a segunda etapa do *Plán de Colonización de Andresito* também chamado de *Plán de Soberanía*, com a queda do regime militar, inicia-se o processo democrático e com isso os militares deixam de conduzir o *Plan de Colonização Andresito*. Frente a isso, pequenos fluxos de migrantes brasileiros, notadamente daqueles que haviam sido expulsos da região começam a retornar. A população é de 14.268<sup>5</sup> habitantes, dos quais a prefeitura de *Andresito* estima que aproximadamente 10% seriam brasileiros, pois diferentemente de outros municípios do nordeste de *Misiones*, as terras de *Andresito* estariam praticamente todas ocupadas. O Gráfico 1 evidencia ainda que entre 1991 e 2001 o aumento da população no nordeste de *Misiones* foi de aproximadamente 38%. O que justifica tal aumento populacional? Segundo informações do Instituto Nacional de Tecnologia da Argentina (INTA), em *Bernardo de Irigoyen*, muitos agricultores dos Departamentos *25 de Mayo* e *San Javier*, notadamente das Colônias Alicia, Aurora, Santa Rita, Barra Bonita e Panambí, colônias fundadas por migrantes brasileiros, estão hoje abandonando terras improdutivas e adquirindo novas no nordeste de *Misiones*, sobretudo em *San Pedro*, *Bernardo de Irigoyen* e *San Antonio*, para cultivar produtos agrícolas, especialmente o fumo. Portanto, essa migração é de argentinos, mas filhos de brasileiros, razão pela qual há quase uma unanimidade no sentido de afirmar que 70% dos habitantes do nordeste de *Misiones* são brasileiros ou filhos de brasileiros.

Não obstante, o esgotamento das terras no lado brasileiro tem levado muitos migrantes, em sua maioria, pobres e com poucos recursos, de municípios do extremo oeste catarinense e extremo sudoeste paranaense, a buscarem novas terras no lado argentino. Empresários brasileiros da região também têm investido em terras no interior de *Misiones*, sobretudo para implantar fazendas de criação. Na verdade, o que ali se observa é o alargamento da fronteira agrícola brasileira ainda hoje

<sup>5</sup> Censo Nacional de Población (INDEC), 2001.

em movimento e, mesmo com todo rigor das políticas de migração argentina, muitos agricultores sem-terra de Santa Catarina e Paraná têm conseguido adentrar o território argentino onde se apropriam ilegalmente de áreas de mata nativa, provocando sérios conflitos com os organismos de segurança daquele território.

Por outro lado, é importante esclarecer que a política migratória argentina, desde o advento do MERCOSUL, já não é mais aquela fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional. Desde 2004, inicia-se uma política nacional de regularização da situação dos migrantes ilegais. Essa política foi criada em 2004, pela Lei Nacional de Migrações Nº 25.871, nominada de Projeto Pátria Grande, para regularizar ou radicar migrantes ilegais pertencentes a países do MERCOSUL. Embora não tenhamos dados sobre pedidos de radicação de migrantes no nordeste de Misiones, segundo a antropóloga argentina Krautstoff (2013), a Delegação do Projeto Pátria Grande, em *Puerto Iguazú*, indicou que, a maioria dos pedidos de radicação via Pátria Grande são de brasileiros e paraguaios. Para os pedidos de radicação dos migrantes ilegais pelo Projeto Pátria Grande, o Estado nacional argentino impôs certas condições, dentre elas, serem nascidos num dos países do bloco MERCOSUL e não ter antecedentes criminais, esta última condição é a mesma constatada no *Plán de Colonización Andresito*, onde os colonos, para acederem as terras em *Andresito*, não poderiam ter antecedentes criminais, uma condição política que nos leva a pensar que, havia ali uma vontade de desmistificar a região que no começo do século XX era vista como *valhacouto de bandidos*.

### DA MIGRAÇÃO À ESTRUTURAÇÃO DE REDES TRANSFRONTEIRIÇAS

Em razão dos vários fluxos da migração brasileira para o nordeste de *Misiones* verifica-se ali a formação de múltiplas redes transfronteiriças que se foram estruturando ao longo do século XX, ainda vigentes no conjunto das regiões oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*. Podemos afirmar que as redes transfronteiriças são compostas por fluxos de diversas ordens, dentre eles, econômicos (legais e ilegais), culturais, de serviços, político-eleitorais, além de outros bastante expressivos naquela região. Desde o começo do século XX, verificam-se redes econômicas e comerciais legais e ilegais, que se estabeleceram e ainda hoje se estabelecem pela diferença cambial, mormente de produtos de consumo corrente, materiais de construção, eletrodomésticos, produtos agro-veterinários, insumos e sementes para produção agrícola em solo *misionero* e demais produtos de consumo corrente que geram densos fluxos, não apenas na escala regional, mas também em outras escalas. As redes ilegais no nordeste de *Misiones* tem se estabelecido quase que na mesma proporção das interações pelo sistema legal, exemplo disso são as redes do contrabando descaminho de gêneros alimentícios, dentre eles, farinha de trigo, bebidas, destinadas não apenas ao consumo próprio, mas também a padarias e supermercados, que extrapolam a escala local e regional. Outros produtos como, combustível, pneus, alpiste, alho, cebola, batata inglesa, também têm saído de *Misiones* e entrado ilegalmente no Brasil. (FERRARI, 2011)

Excedentes agrícolas produzidos no nordeste de *Misiones*, como milho, feijão e fumo, dentre outros, são vendidos informalmente no lado brasileiro. Para se ter uma ideia, a Gendarmería Nacional Argentina informa que em 2007 as empresas fumageiras de *Misiones* perderam aproximadamente 140 milhões de pesos pelo contrabando e muitos produtores de fumo do nordeste de *Misiones*



deixaram de assinar o contrato com as empresas fumageiras argentinas para vender a produção no lado brasileiro pelo sistema informal. Os intendentes de *San Pedro* e *Andresito* também são unânimes em afirmar que, desde 2001, aqueles municípios vêm perdendo somas significativas na arrecadação sobre produtos agrícolas, notadamente do fumo, pois devido à diferença cambial, muitos agricultores preferem vender toda sua produção no lado brasileiro<sup>6</sup>.

A presença de brasileiros também estruturou redes culturais onde se verifica forte influência da língua portuguesa sobre o castelhano ali falado e isso tem causado certas dificuldades no ensino-aprendizagem, notadamente na disciplina de língua espanhola, preocupando alguns professores que a ministram. Eles chegam a afirmar que estariam perdendo o referencial de identidade da língua<sup>7</sup>. Uma ex-candidata a prefeitura de *San Pedro*, ela mesma filha de brasileiros, em entrevista afirmou que, durante sua campanha política, fazia uso de duas línguas: a castelhana e a portuguesa, principalmente no meio rural onde a maioria dos agricultores daquele município seria de brasileiros ou filhos de brasileiros que compreendem mal o castelhano, pois no dia a dia só falam o português<sup>8</sup>. A influência cultural brasileira no nordeste de *Misiones* se deve também aos meios de comunicação de grande alcance do Brasil, como, a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha do Rio Grande do Sul, dentre outras rádios brasileiras muito ouvidas até hoje naquela região. Além dessas, a rede de televisão brasileira, como a Globo, a Bandeirantes e a SBT, exercem domínio cotidiano entre a população. De acordo com um morador de Bernardo de Irigoyen:

[...] nós aqui falamos o português, nós assistimos às novelas da Rede Globo, do SBT, o jogo do Brasil e as corridas, então a gente está acostumado a assistir programas da televisão brasileira e até o rádio, os radialistas brasileiros sempre nos mandam um alô; meu avô era brasileiro, minha mulher é brasileira, eu tenho pacientes que moram aqui e que só falam português; aqui é difícil ver brasileiro falar castelhano, você vai ver muito mais argentino falando português. Todo mundo aqui tem um parente, um tio, um avô ou os pais que são brasileiros, porque a corrente [rede] que foi se formando foi do Brasil pra cá, não foi daqui pra lá, foi de lá pra cá. Então todo mundo dessa região Argentina tem laços de parentesco com brasileiros e pelo menos 90% das pessoas aqui falam português. [...].<sup>9</sup>

Outra rede transfronteiriça que se estruturou a partir da migração brasileira foi a político-eleitoral. Muitos migrantes brasileiros permanecem em território argentino com toda sua documentação brasileira, inclusive com o título de eleitor, e em períodos eleitorais são convocados pelos candidatos a prefeitos e vereadores a votarem em municípios brasileiros como Barracão, Dionísio Cerqueira, Santo Antônio e Capanema, provocando conflitos de ordem político-partidária entre candidatos daquelas cidades. A manutenção de documentos brasileiros lhes assegura certos benefícios, como os de saúde e aposentadoria no lado brasileiro. No caso da aposentadoria, os brasileiros normalmente conseguem a aposentadoria comprovando residência no lado brasileiro pelos laços de parentesco, apadrinhamento e muitas vezes por vínculos de amizade. Além disso, muitos migrantes brasileiros no nordeste de *Misiones*, ao venderem sua produção agrícola informalmente nas cidades brasileiras, conseguem notas de produtores rurais o que facilita a aposentadoria em

<sup>6</sup> Entrevistas realizadas em março de 2007 com os Intendentes de San Pedro e Andresito.

<sup>7</sup> Entrevista realizada em março de 2008 com uma professora da Escola Normal Superior de Bernardo de Irigoyen.

<sup>8</sup> Entrevista realizada em março de 2007 na cidade de San Pedro – Departamento de San Pedro.

<sup>9</sup> Entrevista realizada em Bernardo de Irigoyen em junho de 2007.

lado brasileiro. A busca de serviços médico-hospitalares vem sendo mantida, sobretudo pelos migrantes brasileiros e *bratinos*. Um médico de Bernardo de Irigoyen, neto de brasileiros, afirma que de cada 100 pessoas no nordeste de *Misiones*, 98 são brasileiros ou filhos de brasileiros, por isso:

Quem busca serviços de saúde especializados em Pato Branco, Beltrão, Cascavel e Chapecó, são esses brasileiros que estão aqui e que de alguma forma eles ainda têm ligação com o Brasil. Aqui argentinos mesmo são muito poucos, temos os funcionários públicos, gendarmes, exército e *policia*, mas estes já têm planos de saúde especial e buscam se tratar em Posadas ou Buenos Aires.<sup>10</sup>

A busca de serviços de saúde tem formado um campo de atuação dos fluxos imateriais que, desde o começo do século XX estão orientados para o lado brasileiro, e ainda hoje, de certa forma, permanece essa tendência. Mas, atualmente já existem certas restrições aos serviços públicos de saúde notadamente nas cidades de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste. Por exemplo: além do recadastramento eleitoral, para restringir a votação de brasileiros radicados na Argentina, o que impede de trocarem o voto pelo atendimento na saúde, desde a década de 1990, o Ministério Nacional da Saúde brasileira criou o Programa de Saúde da Família (PSF) e, a partir daí, todas as famílias passaram a ser cadastradas pelas prefeituras para atendimento médico-hospitalar e odontológico. Mesmo com certas restrições, a busca de tratamentos de saúde gratuitos no lado brasileiro continua e por razões diferentes, dentre elas, a confiança no sistema de saúde brasileiro, os vínculos familiares e a carência de serviços de saúde especializados. No nordeste de *Misiones* existe apenas um hospital: o Hospital Provincial de Bernardo de Irigoyen e desde 2001, frente a crise argentina, o sistema de saúde naquela região vem sendo sucateado. Os laços de amizade e compadrio também ajudam migrantes brasileiros e *bratinos* a terem acesso ao sistema público de saúde em lado brasileiro. Para compreender essas relações é interessante observarmos o depoimento de um agricultor de Dionísio Cerqueira que, além de ser muito bem informado, inclusive sobre leis e direitos sociais, confirma que existem muitos vínculos entre o lado brasileiro e argentino, notadamente entre agricultores e revela:

[...], sempre que posso eu ajudo os que estão lá dentro, ajudo porque são nossos vizinhos e a maioria dos que estão lá são brasileiros, moram lá, mas todos os produtos deles vêm pra cá, são vendidos aqui, então eles contribuem pro lado de cá. As crianças deles vão na escola aqui, né, então por que é que nós não vamos dar assistência de saúde pra eles? Nós tivemos que ir na prefeitura pra que esse nosso vizinho que ta lá fosse cadastrado no Programa de Saúde Familiar, fomos falar com a prefeita, porque os agentes de saúde não queriam cadastrar eles e nem queriam passar pro lado de lá pra fazer as visitas. Falamos que eles são contribuintes do nosso município e falamos que os agentes de saúde não queriam cadastrar eles só porque moram do lado de lá! Nós daqui forçamos a prefeitura, aí eles acabaram cadastrando porque são contribuintes aqui do município. Agora eles são cadastrados no Programa de Saúde Familiar, mas os agentes de saúde não vão pra lá, não atravessa o limite, eles só vem até aqui em casa. Aí quando eles vêm fazer a visita nós chamamos eles de lá pra vir pra cá, e quando não estão em casa eu mesmo assino por eles, assino pra comprovar que o agente fez a visita também pra eles. Eles querem proibir isso porque dizem que é ilegal, coisa e tal, mas eu digo pra quem

<sup>10</sup> Entrevista realizada com um médico clínico geral de Bernardo de Irigoyen, em agosto de 2008.

quiser que isso não vai parar, vai continuar acontecendo, porque isso não é ilegal, na minha opinião não é ilegal! Eu penso que nós temos é que brigar pra fazer políticas mais legais e temos que ser honestos, né, então se você contribuiu com o município, você tem direito a certos benefícios, [...].<sup>11</sup>

Deste modo, os serviços públicos, como os médico-hospitalares, são ainda hoje assegurados pelas relações de parentesco, compadrio e amizade e para justificá-las são inclusive comparadas às relações entre políticos e eleitores: “*compadrio é como na política, tu vai pedir um favor pro político ele em troca pede teu voto, né, o compadrio funciona assim, uma mão lava a outra é uma troca de favor é uma relação boa, né, porque um ajuda o outro*”<sup>12</sup>. A busca de serviços de saúde em lado brasileiro tem gerado discursos de pertencimento e de identidade nacional. Em outras palavras, para terem acesso aos serviços médico-hospitalares e odontológicos, entre outros gratuitos, fui um discurso de pertencimento, sendo comum ouvir “*somos brasileiros, não deixamos de ser brasileiros só porque moramos na Argentina*”. Vê-se assim um jogo de estratégias com base nas identidades nacionais para barganhar parques serviços públicos, como os de saúde e outros. Mas, vê-se também que a migração brasileira no nordeste de Misiones foi, de certo modo, configurando uma região transfronteiriça de identidade cultural, pois, além dos múltiplos vínculos lá estabelecidos, os migrantes brasileiros, mesmo os radicados na argentina, para não perder seu referencial identitário, mantêm seus documentos brasileiros e falam cotidianamente a língua portuguesa, além disso, fui a afirmativa de que, mesmo morando na Argentina, não deixaram de serem brasileiros. Isso nos leva a pensar numa região transfronteiriça formada pelas múltiplas redes, algumas delas acima evidenciadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem esgotar o assunto, podemos inferir que a migração brasileira para o interior do nordeste de *Misiones* se deu fundamentalmente por dois motivos: o primeiro estava associado aos períodos de instabilidade política; o segundo pelo esgotamento de terras no lado brasileiro. Frente à migração brasileira o Estado nacional argentino vai impor políticas restritivas, notadamente no período da ditadura militar argentina quando criou dois planos de colonização para o nordeste de Misiones: o *Plan de Colonización 39 de San Pedro* (na fronteira com Santa Catarina) e o *Plan de Colonización Andresito* (na fronteira com o Paraná). Essa política migratória argentina, de certa forma, se refletiu na paisagem físico-natural e humana da região e criou uma descontinuidade geográfica dando origem a paisagens distintas. Enquanto no lado brasileiro a paisagem se apresenta profundamente marcada pela ação da geografia humana e densamente ocupada, o nordeste de *Misiones*, apesar das recentes transformações, apresenta ainda hoje uma paisagem pouco modificada e escassamente ocupada se comparada ao lado brasileiro. A própria geografia política é ali significativamente distinta, notadamente pelo número de cidades e municípios na faixa fronteira do oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná que difere em muito do lado argentino. *San Pedro* e *General Manoel Belgrano*, departamentos do nordeste de *Misiones*, somam juntos apenas quatro cidades, três delas no departamento General Manoel Belgrano (*Bernardo de Irigoyen*, *San Antonio* e *Andresito*) e apenas uma no departamento de *San Pedro*, cidade homônima ao departamento.

<sup>11</sup> Entrevista realizada com uma família de agricultores de Barra da União Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

<sup>12</sup> Entrevista realizada com uma família de agricultores de Barra da União Dionísio Cerqueira, agosto de 2008.

Analisando essa descontinuidade na paisagem da geografia humana entre o lado brasileiro e o lado argentino, podemos pensar em geopolíticas nacionais diferenciadas pela própria condição política da fronteira entre Brasil e Argentina. Pode-se dizer que, o Brasil aplicou a geopolítica de fronteiras vivas, incentivando a ocupação da região, ao passo que a Argentina controlou a ocupação com a preservação de matas nativas. Enquanto as florestas nativas do lado brasileiro foram totalmente devastadas pela rápida ocupação agrícola, notadamente entre 1950 e 1970, o lado argentino, apesar das recentes transformações, preserva ainda hoje pequenas áreas de mata nativa. No entanto, essa preservação se faz hoje a muito custo e por meio da criação de parques florestais e reservas naturais, como a *Reserva de Biosfera Yaboti* patrimônio natural da UNESCO no departamento de *San Pedro*.

A região nordeste de *Misiones* considerada até pouco tempo atrás a “Amazônia Argentina”, desde meados da década de 1980 vem sofrendo profundas alterações na paisagem físico-natural devido à ocupação humana e a extração de madeira nativa para dar lugar à produção de fumo, soja e madeira (pinos Eliot e outras) para as indústrias de celulose do nordeste de *Misiones*. A própria migração brasileira vem, desde o começo do século XX, contribuindo para a modificação da geografia da região, pois gerou o alargamento da frente agrícola brasileira para o interior de *Misiones* e continua avançando, embora em menor densidade do que no passado. A rede de migração é também fomentada pelos laços de parentesco: amigos, irmãos, tios, enfim, parentes em geral que conservam os costumes e a língua do Brasil, são convidados e freqüentam o outro lado. Além disso, os vários fluxos econômico-comerciais, de serviços e sociais lá estabelecidas geram grande mobilidade geográfica no conjunto do extremo-oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e nordeste de *Misiones*, notadamente entre as cidades gêmeas onde as interações são obviamente mais densas.

## REFERÊNCIAS

- D' EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. 2ª ed. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992.
- DIAS, Leila C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: \_\_\_\_\_ & SILVEIRA Rogério, L. L. da. (Orgs.). *Redes, sociedade e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- FERRARI, Maristela. *Conflitos e Povoamento na Zona de Fronteira Internacional Brasil-Argentina*: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (MNES. ARG.). Florianópolis: EdUFSC, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo-oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XX e XXI)*. In: Tese de Doutorado Florianópolis: UFSC, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico G. B. de. e HAESBAERT, Rogério. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- \_\_\_\_\_. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion. E FERREIRA, Ademir P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um programa dos estudos migratórios*. Núcleo interdisciplinar de Estudos migratórios (NIEM-RJ). Rio de Janeiro: Revan, 2005.



- \_\_\_\_\_. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do Mercosul. In: STROHAECKER, Tânia Marques (Org.) et al. *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.
- KRAUTSTOFL, Elena M. Derechos de inclusión y exclusión según las Leyes de Migraciones en Argentina y sus alcances en Misiones. Artigo. In: *2do. Seminário internacional de los espacios de frontera: II Geofronteras "Diferencias e Interconexiones"*. Posadas, Misiones: UNAM, 2013. CD-ROM.
- KRIEGER, María Alejandra Carvallo. Lineamientos estratégicos para la trazabilidad y penetración en el mercado, de la producción de aves y porcinos de San Antonio Misiones. In: *Maestría en Desarrollo Local*, Universidad Nacional de General San Martín Universidad Autónoma de Madrid Ciudad Autónoma Buenos Aires. 2009
- MARGALOT, José A. *Geografía de Misiones*. 6ª edição. Buenos Aires: Warnes, 1994.
- PÓVOA NETO, HELION. A criminalização das migrações na nova ordem internacional. In: \_\_\_\_\_ & FERREIRA, Ademir P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um programa dos estudos migratórios*. Núcleo interdisciplinar de Estudos migratórios (NIEM-RJ). Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- SANTA BÁRBARA, Marcelo. Brasiguaios: território e jogos de identidades. In: PÓVOA NETO, Helion. E FERREIRA, Ademir P. (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um programa dos estudos migratórios*. Núcleo interdisciplinar de Estudos migratórios (NIEM-RJ). Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- SANTOS, Gislene A. dos. Redes e Território: Reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila C. e SILVEIRA Rogério, L. L. da. (Orgs.). *Redes, sociedade e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.